



# Segurança pública e política penitenciária no Rio de Janeiro: estudo do caso do Presídio Ary Franco

Cesar Caldeira\*

*Saber é poder.*

Sir Francis Bacon<sup>1</sup>

---

**Resumo** – O Presídio Ary Franco, porta de entrada do sistema penitenciário do Rio, é analisado criticamente a partir de um caso de grave violação de direitos do preso – a morte de Chang em setembro de 2003. Neste artigo, desvendam-se as práticas institucionais e disciplinares existentes até novembro de 2004. Dessa maneira, focalizam-se os efeitos das políticas de segurança pública e de gestão penitenciária, principalmente face ao problema das facções criminosas.

**Palavras-chave:** crime organizado; facções criminosas; política de segurança pública; política penitenciária; direitos humanos.

---

## Introdução

O sistema prisional no Rio de Janeiro é hoje preponderantemente gerido sob a perspectiva da preservação da segurança pública. No entanto, a articulação entre a política de segurança pública e a política de gestão penitenciária é precária, conforme o presente estudo pretende evidenciar.

Alguns problemas constituem desafios constantes e simultâneos à manutenção da ordem dentro e fora das prisões, como a presença atuante de facções criminosas,<sup>2</sup> o poder social derivado do narco-negócio da cocaína e outras drogas, e a corrupção e/ou intimidação

dos policiais, agentes penitenciários e autoridades públicas.

Outros problemas derivam do padrão de gestão e controle prevalentes nas unidades carcerárias, como a constituição de “sujeitos coletivos”,<sup>3</sup> a ampla possibilidade de comunicação do encarcerado com o mundo exterior e a superlotação carcerária.

A partir de uma unidade prisional é possível traçar um diagnóstico das crises que se ligam e se influenciam mutuamente, constituindo um círculo vicioso que a sociedade civil exige que seja superado. A presente análise inicialmente focaliza o caso Chang ocorrido na uni-

---

\* Doutor em Direito pela UERJ, Mestre em Direito pela Yale University (EUA) e Professor Adjunto da Escola de Ciências Jurídicas da UNIRIO. E-mail: cesarcaldeira@globocom.



dade prisional localizada em Água Santa para desvendar a dinâmica da entrada dos detentos no sistema e as práticas institucionais e disciplinares existentes.

A metodologia adotada focaliza a “racionalidade governamental”: as maneiras de pensar e os estilos de raciocínio concretizados em uma série específica de práticas. Analisam-se as práticas geradas para resolução de problemas cotidianos e na tentativa de fazerem a instituição “funcionar”.<sup>4</sup>

A hipótese principal da presente investigação é que a “razão governativa” – a maneira efetiva da tomada de decisões no cotidiano prisional – responde à emergência e a demandas de poder desses “sujeitos coletivos”. Em consequência das disputas entre esses grupos organizados, o cálculo de custo e benefício das políticas institucionais, e avaliação de risco na tomada das decisões do dia-a-dia, não é mais baseada em critérios individuais.

A implementação de políticas penitenciárias, que vem agora acompanhada de uma nova legislação (por exemplo, a Lei nº 10.792 de 1º de dezembro de 2003), está entrando numa nova época: a do reconhecimento dos desafios dos “sujeitos coletivos”. Esta configuração de atores organizados solicita aos tomadores de decisão dedicados ao objetivo da ordem pública uma política antifacções criminosas, de controle de concessões indevidas ou disfuncionais e de disciplina legal eficaz.

O estudo é baseado em visitas realizadas pelo autor durante praticamente todo o período de

expediente diurno no Presídio Ary Franco, entre os anos de 2002 e 2004. Na pesquisa foram coletados e examinados relatórios de inspeções prisionais anteriores, documentos judiciais, artigos de jornais e revistas. Foram também conduzidas entrevistas com autoridades que o dirigiram e com técnicos da Secretaria de Administração Penitenciária que lá trabalharam. Tentou-se, portanto, situar a presente análise num contexto histórico e institucional mais abrangente do que o das visitas episódicas. Por fim, submete-se à apreciação do leitor algumas recomendações de resposta institucional para os problemas expostos.

## **1 – O caso Chang: a opinião pública é apresentada ao presídio**

O Presídio Ary Franco<sup>5</sup> funciona, em parte, como um local de triagem dos presos que chegam oriundos das polinters, de delegacias, das Casas de Custódia, além de abrigar aqueles que são detidos pela Polícia Federal. Aliás, foram esses últimos que levaram, no mês de setembro de 2003, a opinião pública e as autoridades a prestarem alguma atenção sobre o que se passava no presídio localizado no bairro de Água Santa, Zona Norte do Rio.

Primeiro, tornou-se público o caso de suposta tortura,<sup>6</sup> seguida de morte, do chinês naturalizado brasileiro Chan Kim Chang.<sup>7</sup> Este episódio já constitui um marco na história penitenciária brasileira, por sua repercussão político-institucional e jurídica, nacional e internacional. Os desdobramentos judiciais e políticos



começaram a se esboçar durante os meses de outubro e novembro de 2003. O Presídio Ary Franco merece um acompanhamento detalhado porque, entre outros aspectos, as práticas institucionais de controle e disciplina dentro da instituição estão sendo afetadas pelo episódio. Segundo, as revistas<sup>8</sup> realizadas em setembro, após a morte de Chang, revelaram a existência de um minicomputador Palm M515 e de disquetes na cela<sup>9</sup> dos empresários do craque Ronaldo, Alexandre Martins e Reinaldo Pitta, acusados de serem os doleiros do “propinoduto”.<sup>10</sup>

Alegadas torturas, corrupção, regalias para presos poderosos e ricos, em confronto com a degradação da massa carcerária de jovens pobres e quase-analfabetos, deterioração dos equipamentos do presídio, péssimas condições de trabalho para administração, agentes penitenciários e pessoal técnico – o Presídio Ary Franco é a porta de entrada do sistema penitenciário. Ali, dizem, que se começa a “aprender a ser preso”.

## **2 – Violência, tragédia e impunidade no caso dos presos queimados: Presídio Ary Franco – 1991-2003**

O “caso Chang” tem pelo menos um antecedente trágico, que faz parte da história das chacinhas nos presídios do Rio de Janeiro: a morte de 31 presos, incinerados na cela 15 do Presídio Ary Franco, na segunda-feira, 28 de outubro de 1991. “Os presos morreram queimados

num calor de 1500 graus centígrados, uma temperatura igual à dos altos-fornos utilizados pelas siderúrgicas para fundir aço”, informou a revista *Veja* na época.<sup>11</sup> A matéria exibia uma foto, tirada por um agente penitenciário, das vítimas carbonizadas.

Sob o título “irresponsabilidade e descaso”, o texto descreve o presídio, por suas características arquitetônicas”, como “uma espécie de masmorra medieval”. A superlotação também é mencionada.<sup>12</sup> Eis o relato da chacinha, segundo a revista *Veja*:

*Desde o dia 24 de outubro, quando descobriram um túnel ligando uma galeria subterrânea à rua, os guardas sabiam que estava em marcha um plano de fuga. Fecharam a saída externa com concreto e isolaram a cela onde começava o túnel, mas nenhum deles se preocupou em mandar tapar o buraco que servia de entrada. No domingo, os guardas perceberam que as grades das celas estavam serradas e não tomaram nenhuma providência para consertar os estragos.*

*Na segunda-feira, aproveitando as grades serradas, os detentos do Ary Franco escaparam para o corredor e entraram no túnel, mas foram atacados por três agentes penitenciários com tiros e golpes de cassetetes. Na confusão que se armou, os presos voltaram para as celas correndo.*



*Numa delas, encostaram os colchões na grade e atearam fogo, com o objetivo de manter os agentes penitenciários à distância. O inspetor Cosme Guimarães, segundo os sobreviventes da tragédia, revidou atirando um frasco na cela. Os 30 metros quadrados onde se aglomeravam 33 detentos viraram uma fornalha e, em segundos, os detentos pareciam tochas humanas. “Em 27 anos de perícia, nunca vi nada igual”, afirmou o diretor do Instituto de Criminalística Carlos Éboli, Mauro Ricart. “Parecia o holocausto”.*

Na época, as autoridades governamentais prometeram rigorosa apuração dos fatos. O então secretário de Polícia Civil, Nilo Batista, afirmou que um preso denunciou à diretora do Desipe, Julita Lemgruber, que um coquetel molotov teria sido atirado por um inspetor.<sup>13</sup>

Quase doze anos depois, três agentes penitenciários foram julgados no dia 19 de fevereiro de 2003, no II Tribunal do Júri, acusados<sup>14</sup> da morte de 31 internos do presídio da Água Santa. Até hoje, nem a perícia nem os acusados souberam o que causou a morte dos presos, cujos corpos derreteram diante de um artefato que foi lançado na cela onde eles estavam. Diversas análises foram feitas no material químico lançado na cela, mas nunca se soube o que provocou o calor que matou queimados

instantaneamente os presos, sem, no entanto, provocar incêndio.

A sentença datada de 27 de fevereiro de 2003 absolveu os réus da acusação de homicídio qualificado.<sup>15</sup> A sentença foi confirmada pelo Tribunal de Justiça do Estado do Rio de Janeiro.<sup>16</sup> Os jornais não deram qualquer destaque a esse julgamento.

Neste caso está presente uma lição importante também para o “caso Chang”. No momento do oferecimento da denúncia contra os agentes penitenciários vigora o princípio *in dubio pro societate*, que faz prevalecer o interesse da sociedade na persecução penal sobre o do indivíduo acusado. Prova mínima de autoria e da materialidade do delito são suficientes para que o Ministério Público ofereça a denúncia. No momento do julgamento do acusado, porém, vige o princípio *in dubio pro reo*, que impõe ao Estado-juiz o dever de somente condenar o indivíduo se houver provas contundentes e robustas da existência do delito, e de que aquele réu fora o seu autor. Caso as provas não confirmem, em particular, que o réu é autor do delito, ocorrerá a sua absolvição judicial.

Dois aspectos são cruciais ao bom andamento processual da persecução penal em casos de mortes sob custódia. Primeiro, a proteção efetiva das testemunhas, especialmente os custodiados, que prestam depoimento nesses casos. Segundo, a intervenção eficaz da perícia para que através de laudos técnicos bem preparados se comprovem fatos.



### 3 – Mortes no sistema prisional do Estado do Rio de Janeiro

A falta de informações disponíveis sobre mortes sobre custódia suscitou uma polêmica, ou um mal-entendido, por ocasião da visita da relatora especial da ONU para execuções sumárias, Asma Jahangir, no mês de setembro de 2003.

No final do mês de outubro, a Secretaria de Estado de Administração Penitenciária divulgou *em seu site* um levantamento mostrando que, do início de 2000 até 15 de outubro de 2003, 423 detentos morreram nos presídios do Rio, sendo 93 de causas violentas. Segundo o secretário Astério Pereira dos Santos, é a primeira vez que o estado faz um levantamento desse gênero.<sup>17</sup>

**Quadro 1**

Ano	Total de presos	Número de presos mortos	Presos mortos com violência
2000	17.227	104	-
2001	15.535	111	32
2002	16.546	125	42
2003 (até 15 de outubro)	-	83	19
<b>Totais</b>		423	93

Fonte: Secretaria de Estado de Administração Penitenciária (SEAP).<sup>18</sup>

Observe-se que no ano de 2003 não foi mencionado o número total de presos existentes. Outro aspecto a ser esclarecido e analisado é o significado da expressão “presos mortos com violência”. Quais são os fatos que geraram a violência letal? Já existe uma primeira resposta. “As ações violentas que mais se destacam são o enforcamento e a utilização de armas brancas – estoques e facas, seguidas de agressões”.<sup>19</sup>

Por fim, quais foram as causas das mortes do “número de presos mortos”, de forma não violenta? Foram problemas de saúde? Quais?

Este levantamento da SEAP é um ponto de partida louvável. É útil para dar início a um diagnóstico. O secretário de Administração Penitenciária parece entender o alcance limitado da iniciativa pois no site do SEAP afirma: “Este relatório é uma prestação de contas principalmente

à sociedade. Prometi que tão logo tivesse os dados em mãos eu os divulgaria, o que estou fazendo hoje. Seriedade é isso: não é inventar dados e sim buscá-los com responsabilidade”.<sup>20</sup>

O relatório feito pela SEAP contém a relação nominal dos mortos, unidades de origem, número de Registro de Ocorrência e circunstâncias em que os falecimentos se deram. Aqui estão, mais uma vez, dados que devidamente analisados e interpretados podem ajudar a delimitar os principais riscos e vulnerabilidades nas várias unidades carcerárias do Estado do Rio de Janeiro. Este diagnóstico é indispensável para o planejamento e execução de uma política penitenciária que reduza, e efetivamente controle, a letalidade nos cárceres. Sugiro que uma tarefa urgente seja o estudo e análise desses dados iniciais, e que o Conselho



Penitenciário do Estado do Rio de Janeiro vem a fazer uma avaliação da situação da letalidade no sistema prisional, além de listar alternativas de políticas de segurança à apreciação dos tomadores de decisão na Secretaria de Estado de Administração Penitenciária.

#### **4 – Mortes no Presídio Ary Franco**

No dia 16 de outubro de 2003, durante uma visita, foram obtidas estatísticas referentes ao ano de 2003 no Presídio Ary Franco. Segundo informações da Divisão de Classificação, dois detentos haviam morrido: um em fevereiro, e outro em maio. É importante salientar que não havia nenhum registro estatístico referente ao mais famoso detento morto: Chan Kim Chang. Perguntei porque não havia qualquer referência ao chinês. A resposta é: ele não morreu no Presídio Ary Franco e sim no hospital Salgado Filho, no Méier.

Insisti na indagação. No caso de preso espancado, torturado ou agredido dentro do presídio e levado para o hospital, existe algum controle ou registro sobre o que ocorre com este preso? A resposta foi não.

Em conclusão, os números estatísticos disponíveis não refletem exatamente a violência letal que ocorre sob a custódia estatal. As consequências dos danos à integridade física e moral do interno desaparecem das estatísticas quando ele é transformado em “externo” ao presídio.

Outro aspecto importante. As estatísticas disponíveis não registram “danos à integridade física e moral do preso” mas simplesmente “óbito”.

Artigo do jornalista Marco Antônio Martins, do Jornal do Brasil, já apontou alguns aspectos do funcionamento das instituições prisionais que merecem atenção.

*Além do alto número de mortes violentas nas penitenciárias e nas casas de custódia - o equivalente a 65% dos casos - a reportagem do JB constatou que o estado não possui qualquer controle sobre os mortos em suas carceragens. Todos os corpos são enviados ao IML que, muitas vezes, não comunica ao Departamento de Sistema Penitenciário (Desipe) a causa da morte do preso. Entre junho de 2000 e junho de 2001, foram pelo menos 10 mortes cujas causas são desconhecidas. Além disso, a Secretaria de Segurança Pública não contabiliza em sua estatística os custodiados e condenados que morreram baleados, enforcados ou a facadas.*

*Aliás, nos registros de ocorrência, grande parte dos casos aparece como remoção de cadáver ou morte suspeita. Quase sempre, os assassinatos permanecem sem solução. Um exemplo é o do detento José Célio Alves, 43 anos, condenado há 20 anos por latrocínio (roubo seguido de morte). Cumprindo pena no Presídio Ary Franco, no subúrbio do Rio, ele foi encontrado enforcado na manhã do dia 6 de junho passado.*

*O fato foi registrado como homicídio, já que o preso apresentava*





*marcas por todo corpo, um indicativo de que houve luta. Levado ao IML, José acabou enterrado como indigente no Cemitério de Santa Cruz, na Zona Oeste do Rio, na semana passada. Faltou comunicação. “Todas as vítimas do sistema são mandadas ao Médico-Legal para que não fiquem dúvidas sobre a sua morte. O problema é que o instituto demora mais de um ano para enviar o exame toxicológico dos detentos. Nós e as famílias ficamos sem qualquer comunicação”, afirma Edson Biondi, superintendente de saúde do Desipe há 10 anos.*<sup>21</sup>

A guerra entre facções criminosas fora das prisões também repercutiu nas unidades carcerárias.<sup>22</sup> Em 2004, a chacina de trinta presos<sup>23</sup> perpetrada por presos do Comando Vermelho na Casa de Custódia de Benfica foi um marco na história da violência carcerária.<sup>24</sup>

No Presídio Ary Franco, houve também uma chacina no dia 3 de agosto de 2004.<sup>25</sup> Oito presos do Terceiro Comando morreram, na galeria A. Um grupo de 38 detentos do Terceiro Comando rendeu dois agentes penitenciários, que foram obrigados a abrir as celas onde estavam as vítimas. Elas foram mortas a golpes de estoque (faca artesanal). O motim durou duas horas. Depois da matança o bando que liderou a ação se rendeu e entregou as armas. Não houve tiroteio, tentativa de fuga, nem invasão da polícia. Foi um acerto de contas dentro da mesma facção.<sup>26</sup>

## **5 – Agente penitenciário executado: o risco profissional no Presídio Ary Franco**

Em março de 2003, foi executado, com 13 tiros, o agente penitenciário João Carlos da Silva, 36 anos. Dos nove anos de Desipe, João Carlos dedicou cinco ao Ary Franco. Há dois anos, era chefe de vigilância, mas ainda não estava recebendo a gratificação de R\$ 45,00 prometida pelo cargo que o deixava em contato direto com detentos de alta periculosidade. Segundo a polícia e seus superiores, o chefe de vigilância morreu justamente por nunca ter aberto mão de sua honestidade. “Ele era incorruptível”, afirmou categoricamente o diretor do Departamento do Sistema Penitenciário (Desipe), Cid de Souza Sá.<sup>27</sup>

O risco de exercer a função de agente penitenciário no Presídio Ary Franco carece de mais informações e investigações policiais conclusivas.<sup>28</sup> Aliás, é recomendável que se mantenha considerável atenção sobre algumas investigações sobre execuções de gestores do sistema prisional como, por exemplo, as de Sidneya Santos de Jesus (na época diretora da penitenciária Bangu 1),<sup>29</sup> de Abel Silvério de Aguiar (diretor da penitenciária Bangu 3)<sup>30</sup> e do coordenador de segurança do complexo penitenciário de Bangu, Paulo Roberto Rocha.<sup>31</sup> Em suma, o risco profissional e, as execuções de agentes penitenciários, precisam ser avaliadas quantitativamente e interpretadas quanto ao seu significado político e institucional em relatórios futuros.



## 6 – O Presídio Ary Franco: sua deterioração material externa

Na visita realizada no dia 9 de setembro de 2003, notava-se que os muros externos do presídio estavam tão desgastados que as vigas de ferro já estavam expostas em alguns lugares. Havia inclusive uma parte do muro que já permitia a visão do que se passava dentro do presídio. Este fato foi notificado ao vice-diretor do presídio, Natanael, que afirmou que um pedido de reforma já havia sido feito à Secretaria de Administração Penitenciária. Na segunda visita, feita no dia 16 de setembro, pode-se constatar que um remendo havia sido feito na parte do muro em que havia o buraco, sendo também retocado em outros locais.

Foi uma providência tomada em caráter emergencial, mas que apenas adia a indispensável reforma e reforço dos muros do presídio. Numa época em que se constatavam atentados à bomba sobre penitenciárias como Bangu 3,<sup>32</sup> dentro do complexo de Bangu, impunha-se que a Secretaria de Administração Penitenciária avaliasse seriamente o grau de vulnerabilidade externa do Presídio Ary Franco, que é supostamente de segurança máxima.

Na manhã do dia 28 de abril de 2004,<sup>33</sup> um explosivo plástico com alto poder de destruição e de uso exclusivo das Forças Armadas foi detonado no portão lateral do Presídio Ary Franco, durante o banho de sol de 120 presos ligados ao Comando Vermelho. Apesar da forte explosão, que abriu um rombo no portão com chapa dupla de ferro e que dá acesso ao pátio, a tentativa de fuga foi frustrada. Provavelmente, segundo o depoimento de guardas, os presos não foram devidamente avisados que era o momento de fugir. Assustados os detentos correram para suas celas.<sup>34</sup>

## 7 – A gestão de um presídio dividido entre facções

Entre as irregularidades do sistema prisional fluminense está a divisão dos presídios entre facções criminosas, como o Comando Vermelho, Terceiro Comando e Amigos dos Amigos. As repercussões desta política penitenciária na arregimentação e na consolidação de quadros das redes criminosas continuam pouco estudadas.

No Presídio Ary Franco estão presentes todas as facções criminosas existentes no sistema prisional. O quadro da divisão das galerias<sup>35</sup> no dia 9 de outubro de 2003 era o abaixo indicado.

**Quadro 2**

Galeria	Capacidade da galeria	Número de presos na galeria no dia 9/10/03	Qualificação do presos da galeria
A	408	304	Terceiro Comando e Federal (acautelados)
<b>B</b>	<b>238</b>	<b>426</b>	<b>Comando Vermelho</b>
C	180	134	“Faxinas” e presos especiais, ex.: ex-policiais
<b>D</b>	<b>60</b>	<b>79</b>	<b>Primeiro Comando Jovem e “seguro”</b>
E	72	44	Amigo dos Amigos e sem triagem
Setor de triagem		05	
<b>Total</b>		<b>992</b>	

\* “Faxinas” são presos que prestam algum tipo de serviço à administração do presídio.  
Fonte: Secretaria de Estado de Administração Penitenciária (SEAP).





O quadro geral no dia 9 de outubro de 2003 era o seguinte:

### Quadro 3

Baixados (presos em hospital)	28
Acautelados	00
Efetivos	992
Policiais Cíveis	04
Polícia Federal	90
Confere geral (efetivo padrão)	958
<b>Total geral</b>	<b>1.022</b>

Fonte: Secretaria de Estado de Administração Penitenciária (SEAP).

Verifica-se que existe uma enorme superlotação na galeria B destinada aos presos do Comando Vermelho. Há também excesso de presos na galeria D, devido ao grande número de presos no “seguro” (celas destinadas a proteger o preso).

A facção Primeiro Comando Jovem já estava em fase de desmantelamento. Em 2000, esta facção chegou a ter cerca de 60 integrantes no Presídio Ary Franco. No dia 9 de outubro de 2003, eram apenas 14 integrantes.

No entanto, era notável nas paredes do chamado “Maracanã” as inúmeras inscrições de

uma nova facção o Terceiro Comando Puro (TCP).<sup>36</sup>

No início da manhã do dia 16 de outubro havia uma mobilização de protesto contra a mudança nas cotas do café da manhã. Os presos se recusaram a tomar o café. Havia expectativa de um motim no Presídio Ary Franco. Parte considerável da manhã foi passada acompanhando, da sala da direção, as providências para controlar a situação.

Os números disponíveis naquela manhã tumultuada eram do dia anterior, 15 de outubro de 2003.

### Quadro 4

Galeria	Capacidade da galeria	Número de presos na galeria no dia 15/10/2003	Qualificação do presos da galeria
A	408	315	Terceiro Comando e Federal (acautelados)
B	238	444	<b>Comando Vermelho</b>
C	180	131	“Faxinas” e presos especiais, ex. ex-policiais
D	60	73	<b>Primeiro Comando Jovem e “seguro”</b>
E	72	44	Amigo dos Amigos
Setor de triagem		08	
<b>Total</b>		<b>1.046</b>	

Fonte: Secretaria de Estado de Administração Penitenciária (SEAP).



No final do dia, de volta à sala da direção, o quadro geral no dia 16 de outubro de 2003 era o seguinte:

### Quadro 5

Baixados (presos em hospital)	31
Acautelados	00
Confere geral (efetivo padrão)	958
<b>Total</b>	<b>1.048</b>

Fonte: Secretaria de Estado de Administração Penitenciária (SEAP)

Constata-se que aumentou, durante o intervalo de uma semana entre as visitas, a enorme superlotação na galeria B destinada aos presos do Comando Vermelho. De 426 subiram para 444 o número de detentos numa galeria que só cabem 238. Continua também excesso de presos na galeria D. A direção do presídio afirma que mantém informada a Secretaria de Administração Penitenciária desses números, que

segundo comentários feitos pelos diretores presentes flutuam devido ao fluxo constante de presos em Água Santa. Na tarde do dia anterior, segundo informação prestada, teria havido mudança.

Nove meses depois pode-se constatar a situação abaixo, na qual a galeria A que detém presos do Terceiro Comando está também superlotada.

### Quadro 6

Galeria	Capacidade da galeria	Número de presos na galeria no dia 13/07/2004	Qualificação do presos da galeria
<b>A</b>	408	<b>436 do TC 93 acatueledados</b>	<b>Terceiro Comando e Federal (acatueledados)</b>
<b>B</b>	<b>238</b>	<b>397</b>	<b>Comando Vermelho</b>
<b>C</b>	180	163	“Faxinas” e presos especiais, ex: ex-policiais
<b>D</b>	<b>60</b>	<b>107</b>	<b>Presos no “seguro”</b>
<b>E</b>	72	54	Amigo dos Amigos e sem triagem
<b>Total</b>		<b>1.215</b>	

Fonte: Secretaria de Estado de Administração Penitenciária (SEAP)

Por último, o quadro 7 referente ao dia 4 de novembro de 2004<sup>37</sup> indica que a superlotação chegou à galeria E, onde estão alojados os membros da facção criminosa Amigos dos Amigos. Evidencia-se também o reconhecimento pelos gestores do presídio de uma nova facção criminosa – Inimigos dos Inimigos (IDI) –

que passou a ocupar sozinha a galeria D. Os presos que estavam anteriormente sob proteção especial (“seguro”) na galeria D foram espalhados por várias galerias. Por exemplo, na galeria A-20 estão dezesseis presos no “seguro”, dentre eles, os que participaram da chacina do dia 3 de agosto de 2004.



### Quadro 7

Galeria	Capacidade da galeria	Número de presos na galeria no dia 04/11/2004	Qualificação do presos da galeria
A	408	414 (sendo 90 presos “da Polícia Federal”)	Terceiro Comando e Federal (acautelados)
B	238	367	Comando Vermelho
C	180	168	“Faxinas” e presos especiais, ex.: ex-policiais
D	60	67	Inimigos dos Inimigos
E	72	96	Amigo dos Amigos
Setor de triagem		13	
<b>Total</b>		<b>1.125</b>	

Fonte: Secretaria de Estado de Administração Penitenciária (SEAP).

Nos treze meses em que documentou-se a movimentação das facções criminosas dentro das galerias do Presídio Ary Franco, verifica-se que o Primeiro Comando Jovem – que revelava a aproximação de criminosos fluminenses do Primeiro Comando da Capital paulista (PCC) – integrou-se no Comando Vermelho. Identificou-se ainda o surgimento de uma nova facção formada por dissidentes dos Amigos dos Amigos: os Inimigos dos Inimigos.<sup>38</sup>

É possível indicar o número mínimo<sup>39</sup> de presos que entram no Presídio Ary Franco através dos atendimentos do programa PIT (Plano Individualizado de Tratamento Penitenciário) entre 2000 e 2003. No ano em que se iniciou este programa, os atendimentos foram realizados apenas por cerca de três meses. E no ano de 2004, existem outras portas de entrada no sistema penitenciário em regime fechado (Hélio Gomes, Milton Dias Moreira ou mesmo direto por Bangu 3).

### Quadro 8

#### Atendimento dos internos do Presídio Ary Franco no programa PIT - 1999-2004

ANO	NÚMERO DE PRESOS ATENDIDOS
1999 (21/09 à 31/12)	211
2000	1.547
2001	2.034
2002	2.970
2003	2.370
2004 (até 27/10)	312

Fonte: Presídio Ary Franco, em 27/10/2004.

Por fim, uma observação que vai contra o senso comum sobre o perfil do preso. O visitante das Casas de Custódia e de presídios de entrada – como o Ary Franco –, nota que há

um número enorme de brancos entre a recente população carcerária. Em 1999, quando o PIT foi instalado no Ary Franco foi feito um projeto piloto em que foram aplicados os questionários a



aproximadamente 20% do universo de ingressos no período. No relatório <sup>40</sup> consta a passagem seguinte:

*Destaca-se que, quanto à cor, o maior índice de criminalidade está entre os internos brancos, que atingiu o percentual de 54,80% contra 45,20%, dos indivíduos das cores negra e parda. Infere-se, possivelmente, que o dito popular “só vai para a cadeia negro e pobre”, possa estar se modificando...*

## **8 – Como a atual política de segurança pública contribui para a superpopulação carcerária**

A superlotação carcerária está relacionada com a política de segurança pública adotada pela Secretaria de Segurança Pública que conduz sucessivas “operações” contra traficantes de drogas, principalmente nas favelas.<sup>41</sup> O chefe de Polícia Civil informou que, de janeiro a agosto de 2003, foram presas 3.727 pessoas por envolvimento com o tráfico de entorpecentes.

*“O número de prisões subiu de 377, em janeiro, para 534, em agosto. São processos de julgamento demorado que implicam em penas severas. E as pessoas têm que ser mantidas presas. A polícia não pode parar de prender e números como estes explicam por si só a superlotação de carceragens, com a da 76ª DP”, afirmou Álvaro Lins.<sup>42</sup> [grifos nossos]*

Este episódio recente exemplifica a gestão de crise carcerária pela dispersão do problema. No caso, o secretário Estadual de Segurança Pública determinou que 200 presos da carceragem da 76ª DP, em Niterói, fossem transferidos imediatamente para o Presídio Ary Franco, em Água Santa. A ordem foi dada após Garotinho conversar com o secretário Estadual de Administração Penitenciária que concordou com a transferência. A Polinter seria responsável pela transferência dos presos. Aqui se verifica como perante uma crise ocorre o chamado “efeito balão”. Espreme-se um lado de um balão de borracha e ele cede; porém, o ar que não saiu enche outra parte do balão. Ou seja: transfere-se um grande número de presos de uma unidade para outra que fica, por sua vez, superlotada. A superlotação prisional apenas muda de local.

No mês de novembro de 2003, constata-se nos pronunciamentos de política de segurança pública que a ênfase nas prisões de traficantes continuará. A Secretaria de Segurança Pública divulgou, após cinco dias da chamada Operação Pressão Máxima,<sup>43</sup> um balanço dos resultados obtidos nas 100 comunidades da Região Metropolitana, onde foram realizadas incursões policiais. Foram presas 78 pessoas acusadas de ligações com o tráfico de drogas. Quatro criminosos morreram em confronto com a polícia<sup>44</sup> e dois PMs ficaram feridos. Foram apreendidos 374 quilos de maconha, 3,5 quilos de cocaína, 18 granadas e 31 armas — entre fuzis, escopetas e pistolas.



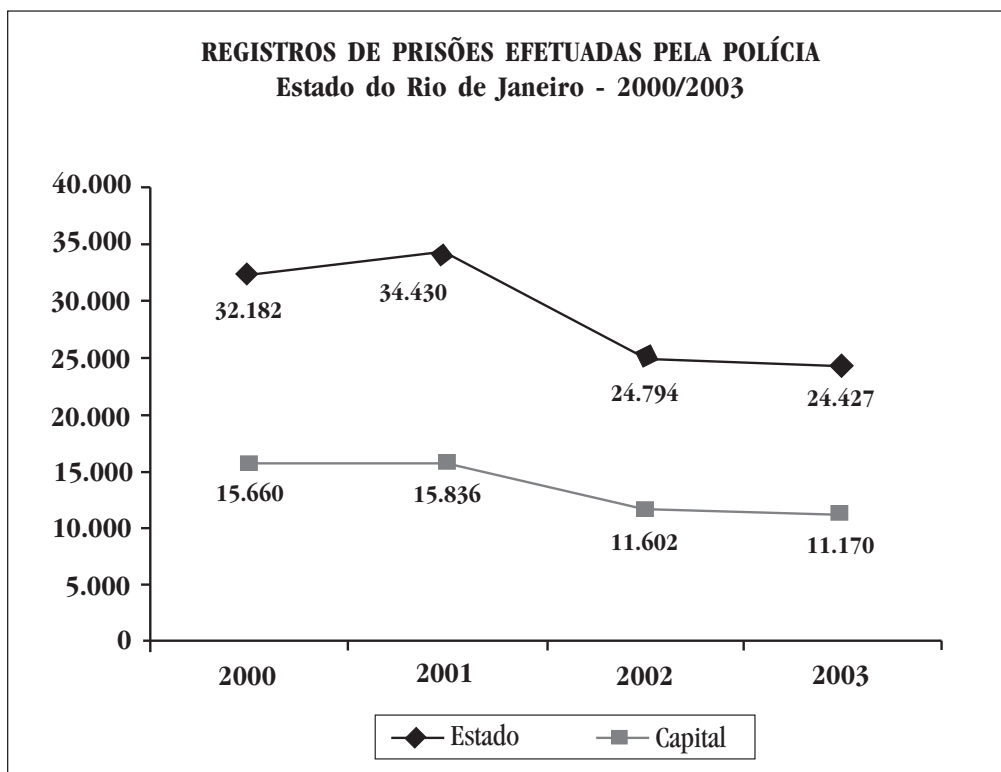
De acordo com o secretário de Segurança Pública, a Operação Pressão Máxima é a segunda etapa de uma estratégia de buscar criminosos em seus redutos.<sup>45</sup>

— Isso não é uma ação isolada. É parte de um conjunto de medidas. Antes, a polícia fazia

incursões ou ocupações após um fato já ter acontecido. Agora, vamos buscar os bandidos onde eles estiverem. Esta será a nova filosofia.<sup>46</sup>

O gráfico seguinte indica a tendência que, de fato, revela-se nas estatísticas oficiais.

**Gráfico I**



Fontes: Registros de Ocorrências da Polícia Civil: jan/2000 a nov/2002; Planilhas da ASPLAN, dez 2002; *Diário Oficial* - Incidências por DPS.

## 9 – Avaliação sobre o problema da superpopulação carcerária: ano de 2003

Durante a pesquisa foi feita uma solicitação a técnicos do setor de planejamento da Polícia

Civil para esclarecer, com base na movimentação carcerária, a demanda por novas vagas para presos.

Levando em consideração os números oficiais da DC Polinter e da Assessoria de Planejamento e



Controle (ASPLAN), ambas da PCERJ, percebe-se que os números são próximos e que podem embasar uma pesquisa comparativa sobre a movimentação de entrada e saída dos presos dos órgãos prisionais.

Durante o ano de 2003 foram libertadas pessoas presas em anos anteriores, além daquelas detidas no mesmo ano. O DC-Polinter possui esse demonstrativo. Apurou-se que em 2003 foram presas aproximadamente 15900 pessoas, já excluído o total de prisões temporárias (PT), visto que nesta o indiciado é logo posto em liberdade caso sua prisão não seja transformada em preventiva (PP).

Esse total de 15.900 presos tem o seguinte amparo legal: 15% de prisões preventivas; 6% de condenações, e 79% de autos de prisão em flagrante.

Foram legalmente libertadas em 2003 cerca de 11.600 pessoas.

A subtração em relação ao quantitativo de pessoas presas em 2003 (15.900), deixa um saldo de 4.300 presos que entraram nos órgãos de custódia – que já estavam lotados – e que não saíram até 31 de dezembro de 2003.

Em 2002, o saldo também foi elevado. Ocorreram cerca de 14.600 prisões (excluídas as PT's) e aproximadamente 11.200 pessoas foram libertadas. Portanto, verifica-se um saldo de 3.400 pessoas que foram custodiadas em unidades já lotadas.

### Quadro 9

Ano	Pessoas presas *	Presos libertados	Vagas necessárias
2002	14.600	11.200	3.400
2003	15.900	11.600	4.300
<b>Total</b>	<b>30.500</b>	<b>22.800</b>	<b>7.700</b>

\* Estão excluídas as prisões temporárias.

Fonte: Registros de Ocorrências da Polícia Civil.

Face à política de segurança pública vigente, cabe um estudo sobre a relação entre o número de presos que ingressam no sistema carcerário e as necessidades de espaço carcerário, seu custo e viabilidade de construção de unidades carcerárias de qualidade e seguras a curto prazo.<sup>47</sup> Por outro lado, é também urgente uma investigação sobre a vulnerabilidade do sistema carcerário atual diante da crescente superpopulação.<sup>48</sup> Estes problemas merecem um acompanhamento sistemático e um diagnóstico prospectivo.

## 10 – Presídio Ary Franco: revistas e (in)disciplina

O controle disciplinar por ocasião das revistas tem sido reconhecido como um persistente problema. Há registro de pelo menos um incidente prisional grave durante uma revista que redundou em apreensão de maconha, no dia 27 de novembro de 2001. A matéria do jornalista Dílson Behends publicada no Jornal do Brasil noticia o acontecido.





*Às 15h30, estourou uma rebelião no Presídio Ari Franco, em Água Santa, onde estão recolhidos cerca de 1.105 presos. Cinco agentes penitenciários e um pastor protestante foram feitos reféns por presos armados com estoques. A rebelião terminou às 20h30. As instalações elétricas da galeria A, onde estavam os 70 rebelados foram destruídas. Todos os reféns foram libertados.*

*O presídio foi cercado por policiais do 3º BPM (Méier), do Bope, do Getam e do Batalhão de Choque. De acordo com o presidente do Sindicato dos Agentes Penitenciários, Josias Alves Belo, o motivo da rebelião teria sido a apreensão, pela manhã, de maconha na galeria A. Os presos queriam a liberação da droga e, também, acesso à galeria de presos rivais. A outra exigência seria a transferência do Ari Franco.*

*Conforme agentes do Desipe, os rebelados eram integrantes da facção Terceiro Comando Jovem. O diretor-geral do Desipe, Manuel Pedro da Silva, que estava numa solenidade na Penitenciária Talavera Bruce, em Bangu, foi para o local e assumiu a negociação com os presos. O trânsito chegou a ser desviado nas ruas próximas ao presídio. O acesso foi impedido até aos moradores locais.*

*De acordo com agentes penitenciários, os rebelados mantinham os seis*

*reféns na galeria A, subterrânea, de acesso mais difícil. Na galeria A estão recolhidos 300 presos do Terceiro Comando Jovem, que deram início ao movimento. Cerca de 200 presos recolhidos nas chamadas celas de seguro (estupradores e presos jurados de morte por facções rivais) se aliaram aos rebeldes. Segundo ainda os agentes do Desipe, dos 508 presos da galeria A, apenas 38 não aderiram à rebelião.*

*Para Josias Alves Belo, o sistema penitenciário está “vivenciando uma crise de autoridade, com o governo dando sinais claros de que não tem total controle da situação nas cadeias”. No início da noite, uma ambulância chegou ao presídio. Por volta das 19h, os presos exigiram a presença do governador Anthony Garotinho, do Juiz da Vara de Execuções Penais e da imprensa. Mas nem o secretário de Direitos Humanos e Assuntos Penitenciários, João Luiz Duboc Pinaud, foi ao presídio.<sup>49</sup>*

Esta transcrição de um episódio passado ajuda a situar um problema grave de disciplina prisional atual. Existe uma “crise de autoridade” notável no relato de incidentes recentes ocorridos durante revistas. No dia 8 de outubro de 2003, na revista foi encontrado um telefone celular na Ala D (seguro). Houve resistência do preso<sup>50</sup> em entregar o telefone. A peça



foi jogada no chão na frente do guarda penitenciário. No dia 15 de outubro, outro ato de resistência durante a revista ocorreu. Um guarda penitenciário, Santana, teve a mão mordida pelo preso ao apreender outro celular.

A atual direção do Presídio Ary Franco assumiu após o afastamento, seguida de *prisão* do ex-diretor major Matias.<sup>51</sup> A visita feita no dia 9 de outubro de 2003 foi exatamente quando os jornais divulgavam a prisão do ex-diretor.<sup>52</sup>

O major Alexandre Azevedo de Jesus é o novo diretor do Presídio Ary Franco.<sup>53</sup> O sub-diretor, Natanael, é guarda penitenciário integrado anteriormente no SOE (Serviço de Operações Externas). O Chefe de Segurança atende pelo nome de Luis Carlos, e também é agente penitenciário integrado anteriormente no SOE. Nas entrevistas realizadas com os dirigentes, e também com vários “faxinas”, ficou evidente que o “caso Chang” desestabilizou uma correlação de forças existente no presídio.

A repercussão do episódio afetou a percepção de todos atores (diretores, agentes, guardas, pessoal técnico, faxinas e presos). O período das duas visitas parecia marcado por tentativa de definição de um novo padrão de funcionamento institucional. Além dos dois incidentes de rebeldia dos presos nas revistas, houve no dia 16 de outubro uma mobilização de protesto contra a modificação nas cotas do café da manhã servido aos presos. Aliás, quando cheguei às nove e trinta da manhã havia preocupação com a possibilidade da “casa balançar”. Fiquei até onze e trinta acompanhando a avaliação que

estava sendo feita pelos guardas penitenciários e direção do presídio.

Gerir uma crise que começa com a recusa dos presos em tomarem o café da manhã requer informações sobre as lideranças da massa carcerária, habilidade na condução do processo de entendimento com diversos grupos organizados e realismo quanto ao que está, de fato, em jogo na crise. Nem sempre o que parece ser a motivação de um protesto, de fato, é a causa principal. O primeiro ponto estabilizador naquela manhã foi que as lideranças do Comando Vermelho não impuseram uma nova greve de fome. Os outros “comandos” não parecem ser suficientemente coesos para orquestrar um movimento grevista.

No entanto, havia uma pendência importante dentro do CV. O preso Gaúcho, uma das principais lideranças do CV em Bangu 3, estava insatisfeito com sua situação. Gaúcho tinha sido avisado que estava de saída de Bangu 3 para o regime semi-aberto. Porém, foi transferido para o Presídio Ary Franco. O preso estava inconformado, e não conseguia obter informações sobre quando iria afinal para o regime semi-aberto. Este fato pode não parecer de grande importância visto de fora do presídio. Mas lá dentro, devido à articulação de uma liderança importante torna-se mais um transtorno a ser gerido. Situações mal esclarecidas levam alguns líderes a confrontos com a administração do presídio. E, a rigor, os administradores locais não têm recursos para resolver uma questão pontual como a transferência para o regime semi-aberto.



No meio da tarde já tinha sido obtida a informação que o preso Gaúcho seria, efetivamente, transferido para o regime semi-aberto nos próximos dias. Esta informação foi comunicada ao interessado. Quando desci à galeria do Comando Vermelho, a situação era tranqüila. E mais: aqueles presos não estavam reclamando demais da mudança no café da manhã para mim.

A restrição de cota traz incômodos para os líderes, em particular, os que não gostam de acordar para tomar café. Pelo sistema anterior, bastava mandar um “caído” pegar uma porção extra e guardar o café para os chefes. De agora em diante, algo vai mudar.

Mudanças constituem novas relações de poder no presídio. Por isso, num sistema tão hierarquizado e desigual as alterações de regras são alvo de disputas de poder. O retorno ao Ary Franco de uma liderança do CV de Bangu 3, quando já existe uma hierarquia estabelecida em Água Santa é, por exemplo, um fator de desequilíbrio.

## **11 – Impacto do “caso Chang” nas relações de poder e de autoridade no Presídio Ary Franco**

O impacto mais notável do “caso Chang” foi que saíram 9 guardas do Presídio Ary Franco. Até o dia 16 de outubro de 2003 não houvera reposição.

Como resultado, a instituição prisional estava funcionando com 6 ou 7 guardas e um chefe

de turma no período das duas visitas. O contingente adequado seria 15 guardas por turma, além do chefe do grupo. Ou seja, o dobro de agentes penitenciários que estão em operação durante outubro de 2003, época de desestabilização institucional.

Os dois incidentes prisionais de resistência de presos à apreensão de celulares nas revistas em outubro evidenciam que alguns estão “testando os limites” da nova direção. Segundo as informações prestadas, os presos envolvidos nos incidentes foram encaminhados para as CTCs. As revistas continuam a ser realizadas em média de 4 em 4 dias.<sup>54</sup> Além disso, “bate-se grade” constantemente. É, de fato, impressionante o número de estoques que estão guardados na sala de segurança. Não foi possível contá-los, mas o monte deveria ter cerca de 100 peças dos mais variados tipos.

A tensão entre presos e guardas é considerável. Há notícia de que alguns guardas não entram nas celas. Isto é no mínimo alarmante. O grau de intimidação parece também bastante alto. Numa situação como essa os “faxinas” passam a desempenhar um papel irregular de apoio aos guardas. Ouvi casos que sugerem que, considerando-se a fragilidade do sistema de controle formal, os “faxinas” tornam-se co-participantes importantes em certas operações de segurança. Vale lembrar que, afinal, os “faxinas” são também presos.

O “caso do Chang” deve servir de advertência para que “faxinas” trabalhem apenas em situações que não os exponha a eventuais conflitos



com outros presos. O Ministério Público Federal denunciou a participação de presos “faxinas” no caso de tortura.<sup>55</sup>

Um início de briga entre presos que presenciei na tarde de 16 de outubro de 2003, na fila de espera do atendimento médico, ilustra a importância dos “faxinas” nas circunstâncias atuais. Eu estava entrevistando a enfermeira quando houve um início de empurra-empurra entre presos que aguardavam a vez. Imediatamente um “faxina” se colocou entre os presos e pediu calma. Consegui afastar um do outro, sem violência, conversando com cada um. Foi uma situação tensa, em parte, gerada por uma falha na administração do fluxo de presos ao médico: tinham subido presos de facções criminosas diferentes.

Por tudo isso, é indispensável que o quadro de guardas penitenciários seja aumentado com urgência, pois a carência atual de servidores torna os guardas mais vulneráveis no serviço e, por isso, dispostos a buscar auxílio indevido com os “faxinas”. É preciso de mais e melhores recursos humanos para que o presídio funcione regularmente. Caso contrário, as circunstâncias tornam as improvisações necessárias para que a “coisa ande”.

Apesar das instalações precárias e do pequeno número de agentes penitenciários, em 2004 ocorreram apenas duas fugas de presos até o final de outubro. No dia 17 de fevereiro, um preso escapou por um túnel de quatro metros de comprimento, que ia da parede de sua cela até a calçada.<sup>56</sup> No dia 25 de maio,

nove presos de uma mesma cela fugiram da galeria A-7 onde está o Terceiro Comando. Os fugitivos serraram as grades do solário, subiram para o terraço e desceram pela lateral do muro usando uma corda de panos trançados, conhecida como ‘teresa’.<sup>57</sup>

## 12 – Atendimento jurídico no Presídio Ary Franco

No dia 16 de outubro de 2003, apesar do início de dia tumultuado pelo protesto dos presos quanto às mudanças no café da manhã, fui fazer entrevistas com os presos na galeria B (Comando Vermelho). Escolhi esta galeria porque estava superlotada, mas apesar disso era a mais “pacificada” naquela tarde.

Constatai algo que me surpreendeu. Apesar de condições tão inteiramente insalubres que demandam uma urgente inspeção sanitária, da superlotação sufocante, da falta de colchonetes<sup>58</sup> (os presos dormem na pedra), a reclamação mais persistente era sobre atendimento jurídico.

Era inteiramente impossível administrar os inúmeros pedidos dos presos que alegavam que sua “cadeia estava vencendo” (interno, cela B-15), que alegavam que deviam estar no semi-aberto e continuavam no Presídio Ary Franco (interno, cela B-8), ou inúmeros casos de presos reclamavam que não eram chamados ao “jurídico”.<sup>59</sup>

Em suma, a falta de informação e atendimento jurídico adequado efetivamente gera



uma enorme frustração em um número considerável de encarcerados. Este peculiar tipo de frustração é um fator a mais de agravamento de tensões dentro do presídio, que repercute também na deslegitimação do sistema jurídico-institucional.

O que acontece com o “atendimento jurídico”? É uma operação realizada por agentes penitenciários, em desvio de função, que segundo afirmam os presos, recebem “honorários” pelos serviços prestados. É evidente que isto é irregular, além de insuficiente como prestação de serviços. Trata-se de expediente improvisado para cobrir a omissão do Estado-Administrador em prover assistência jurídica àquela massa carcerária de pessoas carentes.

Recomenda-se com urgência que a Secretaria de Administração Penitenciária busque obter a ampliação da prestação de assistência jurídica realizada pela Defensoria Pública do Estado do Rio de Janeiro para o Presídio Ary Franco, assim como as demais unidades prisionais ainda não assistidas.

É de se indagar também se o Ministério Público do Estado do Rio de Janeiro e o Ministério Público Federal (o Presídio Ary Franco custodia presos “federais”) que tem como objetivo institucional atuar como “guardiões da lei” não poderiam, talvez através de uma ação civil pública, buscar assegurar o mínimo de acesso à assistência jurídica gratuita aos encarcerados carentes do Presídio Ary Franco? Que providências poderiam ser tomadas neste sentido?

### **13 – Atendimento médico no Presídio Ary Franco**

Os relatórios do Conselho da Comunidade do Estado do Rio de Janeiro,<sup>60</sup> relativos a duas visitas realizadas no primeiro semestre de 2003 são documentos que evidenciam a lamentável situação de saúde da massa carcerária no Presídio Ary Franco. Os dois documentos,<sup>61</sup> são importantes por apontar denúncias de torturas a presos antes<sup>62</sup> do “caso do Chang”, e também pela indicação da situação de saúde de internos.

Depoimentos prestados por presos, e servidores da área médica indicam um problema que parece merecer especial atenção, e que é revelador de uma problemática mais profunda a ser investigada.

O fato é que no Presídio Ary Franco “falta remédio para sarna porque a demanda é muito grande e as remessas não dão vazão”. A questão de fundo é: Por que existem centenas de presos com sarna se os remédios são distribuídos?

A resposta simples é que os presos que entram no Presídio Ary Franco já vêm infectados com sarna da Polinter e das delegacias, assim como chegam inúmeros casos de detentos com pneumonia e tuberculose.

A resposta mais complexa é a seguinte. Ao sair da Polinter para o Presídio Ary Franco só é permitido ao preso levar a peça do corpo, afirma-se nas denúncias. O resultado prático é que o preso que chega com sarna e tem apenas uma peça de roupa acaba infectando os demais presos da cela, e eventualmente da galeria em que convive.



É um ciclo vicioso que se transforma em uma epidemia crônica de sarna no Presídio Ary Franco. Não é mais remédio que irá conter a epidemia de sarna. Cabe averiguar essas alegações e inspecionar a Polinter para se controlar os efeitos deletérios que se manifestam em Água Santa.

## 14 – Educa-se algum preso no Presídio Ary Franco?

Esta pergunta pode parecer impertinente num relatório sobre um “presídio de passagem”, onde os internos supostamente permanecem somente alguns meses. Mas, de fato, existem internos – como os “faxinas”<sup>63</sup> e os que estão “no seguro” – que permanecem às vezes anos em Água Santa. Por isso, este presídio também merece ser alvo de um esforço na área educacional.

Existe uma tentativa em andamento, mas de alcance bastante reduzido. Por exemplo, existem 66 presos inscritos no exame de 2º grau que será realizado em novembro de 2003. Houve ainda um esforço para criação de um curso por correspondência, organizado pelo SENAC, para os detentos. Muitos se inscreveram na iniciativa. Até hoje não obtiveram resposta a seus pedidos de inscrição.

Um episódio marcou a visita do dia 9 de outubro de 2003. Fui inicialmente ao gabinete da direção. O sub-diretor, Natanael, foi ao longo da conversa avisado que a conselheira iria fazer um livramento condicional mais tarde. O preso estava no seguro. Perguntamos se ele era por acaso

do Primeiro Comando Jovem, a facção que acabara de enviar uma carta à direção do presídio comunicando que estava em fase de desconstituição. O preso não tinha facção. O sub-diretor mencionou que preso que saia do “seguro” era sempre uma preocupação a mais pois muitos estavam jurados de morte.

Mais tarde na cerimônia formal que ocorreu na sala da Divisão de Classificação, recebemos um senhor negro, de cabelos grisalhos aos 46 anos, que vestia uma calça branca, uma camiseta branca, e uma sandália havaiana branca. Portava nas mãos uma Bíblia que estava com a capa rasgada. Ele era semi-analfabeto, não possuía qualquer qualificação técnica (mas sabia pintar carros), não tinha emprego prometido. Ele também não tinha comunicado aos familiares – que não via fazia bastante tempo – que estava saindo.

Lembrei-me do subdiretor quando disse que ninguém o esperava.

A conselheira perguntou se ele tinha acesso à casa de algum parente para dormir naquela noite: “Não”, respondeu ele. “Tenho, na verdade, um parente que mora num morro no qual não posso subir”. “Você tem dinheiro para pagar hospedagem?” “Não tenho dinheiro”, esforçava-se o preso para desenhar o nome nos papéis, curvado com seu corpo débil. “Toma três reais para pegar o ônibus até o Centro da cidade. Quando você se apresentar, com essa carteira que você não pode perder porque é seu único documento, pede para ficar acolhido”, disse ela. O preso curvado agradeceu





e começou a falar da proteção divina. Sem parar, falava da providência divina, como se tentasse nos convencer e a ele mesmo que Nele encontraria a solidariedade que faltava na cidade dos homens.

Entre nós ficou a pergunta: qual o futuro daquele que carrega, agora em liberdade, uma Bíblia rasgada que quase não consegue ler?

## Conclusão

*Certas verdades emergem mais facilmente da confusão do que da convicção.*

Sir Francis Bacon

Este estudo pretendeu identificar problemas, analisar a chamada “racionalidade governamental” no Presídio Ary Franco e fazer recomendações aos tomadores de decisões. Por isso, em cada item do relatório está sugerida pelo menos uma alternativa de política penitenciária para consideração do leitor.

O secretário Estadual de Administração Penitenciária, Astério Pereira dos Santos, anunciou a intenção de desativar o Presídio Ary Franco em abril de 2004, após a explosão de uma bomba no portão lateral da unidade.<sup>64</sup> Porém, os efeitos dos acontecimentos recentes ainda

se mostram à opinião pública e revelam ironicamente novas inseguranças.

Treze meses após a morte do comerciante Chang no Presídio Ary Franco, o major PM Luiz Matias, que na época dirigia aquela unidade, participou de um motim<sup>65</sup> – que durou dezenove horas – no Centro de Observação e Reintegração Social, antiga Casa de Custódia de Benfica.<sup>66</sup> O major Matias, que aguardava o julgamento no caso Chang, protestava contra a transferência de policiais para Benfica, onde eles temiam por sua integridade física.<sup>67</sup>

## Referências Bibliográficas

- BIONDI, Edison José; VEIGA, Lino Pinheiro; SANTOS, Jorge Luiz. *Relatório da experiência piloto para a implantação do Plano Individualizado de Tratamento Penitenciário (PIT) no Presídio Ary Franco*. Rio: SEAP/ Superintendência de Saúde, 1999.
- FOUCAULT, Michel. *Vigiar e punir: o nascimento da prisão*. Petrópolis: Vozes, 2003.
- \_\_\_\_\_. *Estratégia, poder-saber*. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2003a.
- GARLAND, David. *The culture of control: crime and social order in contemporary society*. Chicago: The University of Chicago Press, 2001.



**Abstract** – *The Ary Franco jail, the gateway to the Rio de Janeiro penitentiary system, is critically analyzed against a serious case of violation of inmate's rights – the death of Chang in September, 2003. The article unveils institutional and discipline practices ruling up to November 2004. Therefore, it focuses on the effects of public security and penitentiary management policies, especially in face of the issue of mob crime, criminal gangs, public security policy, penitentiary policy, and human rights.*

**Keywords:** *mob crime; criminal gangs; public security policy; penitentiary policy; human rights.*

**Resumen** – *Se estudia críticamente el presidio Ary Franco, puerta de entrada en el sistema penitenciario de Río, a partir de un caso de grave violación de derechos del encarcelado - la muerte del comerciante sino brasileño Chang, en septiembre de 2003. Esta investigación expone las prácticas institucionales y disciplinarias existentes hasta noviembre de 2004. Así, subraya los efectos de las políticas de seguridad pública y de administración penitenciaria, sobretudo frente al problema de los grupos criminales.*

**Palabras-clave:** *crimen organizado; grupos criminales; política de seguridad pública; política penitenciaria; derechos humanos.*

---

## Notas

---

<sup>1</sup> Filósofo inglês (1561-1626).

<sup>2</sup> “Facções criminosas” são redes de grupos criminosos que se articulam e colaboram a partir de uma identidade comum (p. ex., Comando Vermelho, Terceiro Comando, Amigo dos Amigos) que envolve pessoas, recursos materiais lícitos e ilícitos e adversários identificados (como outra facção criminosa).

<sup>3</sup> “Sujeitos coletivos” são pessoas organizadas – em associações, sindicatos, redes legais ou não – que possuem identidades, expectativas e demandas partilhadas e estáveis. Esses atores coletivos são importantes à medida que controlam recursos capazes de serem mobilizados na disputa pelo poder institucional e social.

<sup>4</sup> Não são particularmente importantes, nessa perspectiva, os discursos de legitimação usados pelas autoridades e operadores no sistema penitenciário para valorizar a prática institucional. A abordagem que o autor usa é, em parte, influenciada pelas seguintes obras: Foucault, 2003, p.29. Sobre prisões, ler ainda: Foucault, 2003a. Para o uso dessa abordagem, conforme usada neste estudo, ver: Garland, 2001, p.1-26.

<sup>5</sup> Inaugurado em 1975, o Presídio Ary Franco fica situado na rua Violeta, nº 15, Água Santa, Zona Suburbana. Tem capacidade para 958 presos. A população prisional é masculina. Foi criado para ser uma unidade receptadora de presos condenados ao regime fechado para, daí, redistribuí-los para as penitenciárias. Não deveria, portanto, funcionar como unidade cautelar ou como concentradora de internos, tal como ocorre atualmente.

<sup>6</sup> As acusações encaminhadas pelo Ministério Público do Estado do Rio de Janeiro, e do Ministério Público Federal, são baseadas na Lei 9.455, de 7 de abril de 1997, que define os crimes de tortura.

<sup>7</sup> O chinês foi detido em 25 de agosto de 2003, no Aeroporto Internacional Tom Jobim, ao tentar embarcar para os Estados Unidos com cerca de US\$ 30.500 não declarados à Receita Federal, por policiais federais e levado para o Presídio Ary Franco. Dois dias depois,



com traumatismo craniano, Chang foi internado em coma no Hospital Salgado Filho, no Méier, onde acabou morrendo em 4 de setembro de 2003.

- <sup>8</sup> Inspeções dos detentos e dependências da unidade que são realizadas periodicamente.
- <sup>9</sup> Esses presos federais estavam na galeria C (dos “faxinas”), quando deveriam ter ficado na galeria A que abriga presos da Polícia Federal. Pitta e Martins chegaram a ser transferidos para Maceió (AL) supostamente porque estavam sendo ameaçados por facções criminosas. O advogado dos empresários, Ubiratan Guedes, revelou que o motivo do pedido de transferência foi outro: “Em nenhum momento, enquanto eles estiveram acautelados no Presídio Ary Franco, receberam qualquer tipo de ameaça. Isso não existe e esse argumento não foi usado por nós. A conclusão a que nós chegamos foi que, no Presídio Ary Franco, não tinha condições humanas de receber nem Reinaldo Pitta nem Alexandre Martins”, explicou Guedes. [grifos nossos]. Cf. Jornal RJ-TV, de 09/01/2004. Disponível em 01/11/2004 em: <http://redeglobo6.globo.com/RJTV/0,19125,TJX0-990-116247,00.html>.
- <sup>10</sup> Cf. “A farra de Pitta e Martins: agentes de Ronaldo usavam cela como escritório. Na devassa em presídio, foram apreendidos minicomputador e até declaração de renda de fiscal”. *O Dia*, matéria de Alexandre Arruda, Caderno Polícia, 12/09/2003. Disponível em 30/10/2004 em <http://odia.ig.com.br/odia/brasil/br120901.htm>.
- <sup>11</sup> Cf. “Negligência e barbárie”, *Veja*, 06/11/1991, p.35.
- <sup>12</sup> “O presídio tem capacidade para abrigar 900 pessoas, mas 1.300 costumam ser confinadas em 29 celas espalhadas por cinco galerias, duas delas subterrâneas.” Cf. nota supra cit.
- <sup>13</sup> Cf. “Dezessete morrem em tentativa de fuga”, *O Estado de São Paulo*, 29-10-1991. Disponível em 01/11/ 2004 em: <http://www.estadao.com.br/ext/diariodopassado/20011028/000031230.htm>
- <sup>14</sup> Mauro Ricart foi uma das testemunhas de acusação, juntamente com Kátia Araújo, chefe de perícias químicas do Instituto Carlos Éboli no julgamento de fevereiro de 2003. Além deles, mais 12 presos prestaram depoimento.
- <sup>15</sup> Sentença registrada fls.44/47 Liv.001/2003. Processo Nº 91.001.121248-9
- <sup>16</sup> Processo nº 2003.050.01527.
- <sup>17</sup> Cf. “Presídios registraram 422 mortes desde o ano 2000”, *O Globo*, Caderno Rio, 28/10/2003, p. 20. Importante: existe uma discrepância entre os números divulgados pela imprensa e aqueles que se disponíveis no site oficial da SEAP. Na imprensa noticiou-se que 422 detentos morreram nos presídios do Rio, sendo 92 de causas violentas, como consta da matéria citada do jornal *O Globo*.
- <sup>18</sup> Estas estatísticas estão disponíveis no site da Secretaria de Estado de Administração Penitenciária, na seção Notícias, dia 28/10/2003. Disponível em 1/11/2004 em: <http://www.desipe.rj.gov.br/>
- <sup>19</sup> Idem.
- <sup>20</sup> Idem.
- <sup>21</sup> “A realidade que surge por trás das grades”, matéria de Marco Antônio Martins, *Jornal do Brasil*, Caderno Cidade, 22/07/2001. Disponível em 10/10/ 2004 em: <http://jbonline.terra.com.br/jb/papel/cidade/2001/07/21/jorcid20010721002.html>.
- <sup>22</sup> A imprensa passou a dar destaque ao assunto após as facções Comando Vermelho e Terceiro Comando passarem a dividir o espaço em Bangu 3. Na Casa de Custódia de Benfica, durante a rebelião que aconteceu após a fuga de presos, surgiram faixas como: “Água e óleo não se misturam”. e “A próxima será em Bangu, tira os alemão de lá”. Ler: Araújo, Vera. “Fuga e terror em Benfica”, *O Globo*, 3ª ed., Caderno Rio, 30/05/2004, p.20.
- <sup>23</sup> “A Ordem dos Advogados do Brasil (OAB) do Rio vai cobrar na Justiça, através de um mandado de segurança, que o governo do Rio informe sobre 81 presos da Casa de Custódia de Benfica que, segundo seus parentes, estão desaparecidos desde a rebelião. A medida será tomada caso o Estado não o faça espontaneamente. O presidente da entidade, Octávio Gomes, acredita que mais detentos tenham morrido, além dos 30 anunciados oficialmente.” Cf. Pennafort, Roberta. “São 81 presos desaparecidos após a rebelião de Benfica”, *Agencia Estado*, 08/06/2004.. Disponível em 30/10/2004 em: <http://www.estadao.com.br/agestado/noticias/2004/jun/08/202.htm>.
- <sup>24</sup> Até o final de outubro de 2004 ocorreram alguns motins importantes no Rio. Janeiro: dia 18, presos se rebelaram na Casa de Custódia Bangu C, no Complexo Penitenciário de Bangu. Durante 16 horas, 12 pessoas foram mantidas como reféns. Uma das vítimas chegou a ser amarrada junto à grade da cela onde estava confinada. Os rebelados reivindicavam melhorias na comida, atendimento médico e benefícios para internos de Bangu 3, como visita íntima. Maio: iniciado dia 31, o motim na Casa de Custódia de Benfica, o mais sangrento da história do sistema, só terminou 62 horas depois,



com 31 mortos – 30 internos e um agente penitenciário. Como no Presídio Ary Franco, os presos também foram submetidos a tribunal e, em seguida, mutilados. O agente foi assassinado com um tiro nas costas.

Junho: dia 5, nove detentos e um policial militar ficaram feridos no presídio Milton Dias Moreira, no Complexo da Frei Caneca, no Centro. Seis dias antes, cinco detentos escaparam da unidade. Dia 5, houve também uma rebelião na Casa de Custódia de Magé. Uma detenta foi morta com um tiro no peito. Onze pessoas foram feridas, entre elas uma detenta, que recebeu um tiro na cabeça, e um agente penitenciário. Julho: dia 11, aproximadamente 250 presos se rebelaram no presídio Hélio Gomes, no Complexo da Frei Caneca. Cinco agentes e 14 detentos foram mantidos reféns sob a mira de uma pistola e facas. O motim acabou depois de uma ação cinematográfica de policiais do Grupamento de Intervenção Tática (GIT), da Coordenadoria de Recursos Especiais (Core) e do Grupamento Aéreo Marítimo (Gam). Enquanto, pelo ar, o cerco era feito por dois helicópteros, 10 agentes do GIT invadiam a unidade. Na troca de tiros, um preso morreu.

Outubro: dia 28, motim organizado por policiais militares presos em Benfica. Os policiais, que ainda aguardavam julgamento, haviam sido transferidos para o presídio onde se encontravam 57 presos comuns vinculados à facção criminosa Comando Vermelho. Cf. “Motins freqüentes em unidades do Rio” *O Dia*, Caderno Polícia, 04/08/04. Disponível em 04/11/2004 em: <http://odia.ig.com.br/odia/policia/pl040810.htm>; Monken, Mário Hugo. “Rebelião de policiais presos dura 19 horas. Revolta ocorreu após o governo do Rio de Janeiro transferir PMs que aguardam julgamento para presídio comum”, *Folha de São Paulo*, Caderno Cotidiano, 29/10/2004, p. C1.

<sup>25</sup> Cruz, Adriana, Magalhães, Maria Inez. “Oito mortos na cadeia. Detentos retiram outros presos de celas e os matam com estoques, após fazer guardas reféns”, *O Dia*, Caderno Polícia, 04/08/04. Disponível em 04/11/2004 em: <http://odia.ig.com.br/odia/policia/pl040808.htm>

<sup>26</sup> “O que aconteceu foi um acerto de contas entre presos do Terceiro Comando (TC) dentro de uma mesma galeria. Os internos chegaram a uma situação limite de estresse”, disse o diretor do Ary Franco, major Alexandre Azevedo de Jesus. Cf. “Acerto de contas no Ary Franco”, *Tribuna da Imprensa*, Caderno País / Cidades 04/08/2004. Disponível em 25/10/2004 em: <http://www.tribuna.inf.br/antteriores/2004/agosto/04/noticia.asp?noticia=pais01>

<sup>27</sup> João Carlos ganhou duas menções honrosas em seu currículo por impedir fugas no Ary Franco. O primeiro reconhecimento veio em 2000, quando ele descobriu que internos cavaram um túnel que daria no esgoto. À época, o então diretor do Desipe, Manoel Pedro da Silva, fez questão de elogiá-lo pela descoberta. No ano seguinte, novamente o agente impediu que outros internos conseguissem escapar. O crime foi na Rua Clarimundo de Melo, em Piedade. João Carlos voltava do trabalho e foi atacado, a 500 metros de casa, por dois homens em uma moto, armados com três pistolas diferentes – uma 9 mm, uma PT-380 e uma PT-40. Um dos bandidos usava uma arma em cada mão. Cf. “O alto preço de ser honesto”, *O Dia*, matéria de Márcia Brasil, Caderno Polícia, 20/03/2003. Disponível em 26/10/2004 em: <http://odia.ig.com.br/odia/policia/pl200301.htm>. 26/10/2004.

<sup>28</sup> “Agente penitenciário é morto a tiros em Sulacap”, *O Globo*, Caderno Rio, 03/06/2003. Disponível em 01/11/2004: <http://oglobo.globo.com/oglobo/plantao/108313428.htm> Ler ainda: Agente de Bangu é assassinado em festa de família” *Estado de São Paulo*, Caderno Cidade, 19/08/2003. Disponível em 01/11/2004 em: <http://www.jt.estadao.com.br/editorias/2003/08/19/ger025.html>

<sup>29</sup> Um grupo formado pela alta cúpula do Comando Vermelho (CV) e pelo menos 10 agentes penitenciários decidiu, dentro do Presídio Laércio Peregrino (Bangu 1), dia 3 de setembro de 2000, o assassinato da diretora da unidade, Sidneya Santos de Jesus. Ela morreu no dia seguinte. A afirmação foi feita por um ex-presidiário, que, à época, ocupava a galeria onde o crime foi tramado. Pedro (nome fictício da testemunha) se apresentou sexta-feira ao Ministério Público. Ele espera ser aceito pelo Programa de Proteção à Testemunha para revelar mais detalhes do crime e garante que ouviu quando um dos integrantes do grupo deu o veredito: “Está na hora de matar”. Segundo ele, na reunião que decidiu a morte da diretora, estavam presentes Márcio da Silva Nepomuceno, o Marcinho VP; Francisco Paula Testas Monteiro, o Tuchinha da Mangueira; Denir Leandro da Silva, o Dênis da Rocinha; Elias Pereira da Silva, o Elias Maluco; Isaías da Costa Rodrigues, o Isaías do Borel; e agentes penitenciários. De acordo com a testemunha, todos os passos de Sidneya eram monitorados dentro e fora do presídio: “Eles sabiam a hora em que ela chegava em casa e até os lugares que freqüentava. Havia um esquema de corrupção lá dentro. E eles tinham que ficar de olho, porque ela costumava dar incertas (inspeções-surpresa) de madrugada”. Segundo a testemunha, a morte de Sidneya foi tramada por presos de Bangu 1 e da penitenciária Serrano Neves, Bangu 3. O camelô Saulo Monteiro, 19 anos, apontado pela polícia como suspeito do crime, negou sua participação em depoimento no dia 30 de outubro de 2000. Ele disse que foi torturado para assumir o assassinato e que policiais teriam forjado um flagrante de porte ilegal de arma para prendê-lo. Cf. Freire, Aluízio. “Traficantes mataram diretora de Bangu 1”. *O Dia*, Caderno Polícia, 22/10/2001. Disponível em 01/11/2004 em: <http://www.portalbangu.com/noticias/wmview.php?ArtID=50> “Quatro anos após o assassinato a tiros de Sidneya Santos de Jesus, então diretora do presídio Bangu 1,



a Justiça aceitou semana passada a denúncia feita pelo promotor da 1ª Vara Criminal da Ilha do governador, Salvei Lai, que aponta os traficantes Márcio dos Santos Nepomuceno, o Marcinho VP, e Charles da Silva Batista, o Charles Lixão, como mandantes do crime.” Segundo declarações do promotor: “Ela não era querida pelos presos em Bangu I porque estava tomando várias medidas moralizantes. Mas, como o Marcinho VP e o Charles eram chefes, acabavam sofrendo mais, perdendo privilégios que só eles tinham. Ela cortou o banho de sol deles, as visitas íntimas e já há indícios de que gravava a conversa dos bandidos com advogados. Vários presos tinham motivos para matá-la, mas eles tinham mais ainda.” Cf. Alves, Maria Elisa. “Traficantes são acusados de mandar matar em 2000 diretora de Bangu I”, *O Globo*, Caderno Rio, 20/10/2004, p.14.

<sup>30</sup> O diretor foi executado com 17 tiros. A resolução número 7 da SEAP, publicada no DO, do dia 07 de agosto de 2003, prevê que os diretores dos quatro presídios de segurança máxima (Bangu 1, 2, 3, 4) e os três coordenadores das unidades prisionais (Bangu, Frei Caneca e Niterói/Interior) são obrigados a circular com seguranças (dois PMs) e a andar com coletes à prova de bala. Cf. “Policial que testemunhou assassinato do diretor de Bangu III depõe hoje: Inspetor que passava na hora chegou a conversar com um dos criminosos”, *O Globo*, 2 ed., Caderno Rio, 08/08/2003, p. 15.

<sup>31</sup> Paulo Roberto Rocha, de 48 anos, foi assassinado a tiros, por volta das 20h30m do dia 24 de julho de 2003, na pista central da Avenida Brasil, sentido Centro. Rocha voltava sozinho para casa, no Méier, em carro oficial do Desipe, quando dois homens numa moto atiraram contra ele. Cf. “Coordenador de presídios de Bangu é assassinado na Avenida Brasil” *O Globo*, Caderno Rio, 25/07/2003. Disponível em 01/11/2004 em: <http://www.assist.org.br/noticias.asp?cod=1530&out=0>

<sup>32</sup> “Presos tinham explosivo usado por terroristas. Cinco quilos de C-4, que tem alto poder de destruição, seriam usados para derrubar muro e permitir fuga em massa”, *O Globo*, Caderno Rio, 17/10/2002, p.15.

<sup>33</sup> Neste dia, havia 1.157 presos na unidade.

<sup>34</sup> O artefato foi colocado junto ao portão à luz do dia, entre duas torres de observação vigiadas por dois PMs, a menos de 50 metros uma da outra. Pedacos do portão e do reboco do muro de 30 centímetros de espessura foram lançados a 25 metros de distância. Policiais do Esquadrão Antibomba passaram mais de uma hora no local recolhendo estilhaços e vestígios do explosivo para análise. Segundo eles, a base da bomba, que não era artesanal, foi o explosivo RDX, acionado por uma espoleta elétrica. O detonador, uma bateria de motocicleta, foi abandonado ao lado de uma tesoura na calçada da Rua Paraná, a apenas seis metros de onde explodiu o artefato. Não foi o primeiro ataque a presídios no Rio com uso de explosivos. Em fevereiro de 2003, um grupo de 20 bandidos explodiu parte do muro do presídio Bangu IV para dar fuga a presos do Comando Vermelho. Os presos só não conseguiram fugir porque a estrutura é reforçada com ferro. Uma rebelião de 16 horas se seguiu ao ataque. Cf. Autran, Paula, “Ataque ao Presídio Ary Franco”, [\* | *O Globo*, Caderno Rio, 29/04/2004, p.15.

<sup>35</sup> Cada galeria do Ary Franco comporta de seis a oito celas com aproximadamente 35 metros quadrados cada que podem abrigar, de acordo com o número de leitos, de 16 a 27 detentos. São lugares abafados e úmidos, de onde vem um odor de mofo, suor e urina. Se não existisse o solário, que permite a entrada de luz natural e ar, as celas seriam inabitáveis.

<sup>36</sup> Grupo dissidente do TC, o TCP se formou logo após a rebelião ocorrida no presídio Bangu 1 em 11 de setembro de 2002. No episódio, morreram Ernaldo Pinto de Medeiros, o Uê, e mais quatro integrantes da Amigo dos Amigos (ADA). Foram mortos por presos do CV. Luiz Fernando da Costa, o Fernandinho Beira-Mar, é suspeito de ter liderado a matança, pois teria sido informado de que Uê pretendia matá-lo. Segundo a polícia, traficantes do TC liderados por Robson André da Silva, o Robinho Pinga, decidiram se separar porque consideravam que Uê fora vítima de uma conspiração de Paulo César Silva dos Santos, o Linho, e Celso Luiz Rodrigues, o Celsinho da Vila Vintém, líderes da parceria TC/ADA. Linho está desaparecido desde janeiro de 2003. Cf. Monken, Mário Hugo. “Guerra do tráfico mata 44 em quatro meses”, *Folha de São Paulo*, Caderno Cotidiano, 31/01/2004. Disponível em 01/11/2004 em: <http://www1.folha.uol.com.br/folha/cotidiano/ult95u89365.shtml>

<sup>37</sup> Neste dia havia trinta e seis presos “baixados”, ou seja, que estavam temporariamente ausentes da unidade, por exemplo, por terem ido ao hospital. Esses presos chamados “baixados” não foram transferidos do Presídio Ary Franco e devem eventualmente retornar para Água Santa. Havia também seis presos não condenados - chamados de “acautelados” - neste dia no presídio.

<sup>38</sup> “De acordo com informações de inspetores da 56ª DP (Comendador Soares), a Inimigos dos Inimigos (IDI) seria uma dissidência, em Jardim Paraíso, de outra facção criminosa, a Amigos dos Amigos (ADA). O grupo se formou com bandidos que teriam sido expulsos da ADA e que decidiram se estabelecer em Jardim Paraíso, região de Nova Iguaçu vizinha a Campo Grande, já no Rio de Janeiro. A polícia informou que a facção age no local há pouco menos de um ano. Nesse período, a IDI já teria se envolvido com tráfico de drogas e grupos de extermínio locais. “Há vezes em que eles matam traficantes rivais. Em outras, acabam matando gente inocente mesmo”, disse um dos moradores de Jardim Paraíso. É possível encontrar pichadas em alguns muros do bairro as iniciais I.D.I.J.P.,



- referência ao nome do bairro.” Cf. “Facção de traficantes expulsos da ADA”, *O Dia*, Caderno Polícia, 21/09/2004. Disponível em 30/10/2004 em: <http://odia.ig.com.br/odia/policia/pl210907.htm>
- <sup>39</sup> É “mínimo” porque nem sempre é possível atender a todos os presos que ingressam no presídio, seja devido ao volume ou a fatores outros como, rebeliões, revistas, “gerais” ou má-vontade dos agentes penitenciários em liberar os internos.
- <sup>40</sup> Biondi, Edison José; Veiga, Lino Pinheiro, Santos, Jorge Luiz. Relatório da experiência piloto para a implantação do Plano Individualizado de Tratamento Penitenciário (PIT) no Presídio Ary Franco. Rio: SEAP/ Superintendência de Saúde, 1999, p.9.
- <sup>41</sup> Na chamada “Operação Pressão Máxima” que está sendo executada no mês de novembro de 2003, o antigo prédio Rajah na praia de Botafogo, e a Cruzada São Sebastião, no Leblon, foram também alvo de revistas coletivas.
- <sup>42</sup> Cf. Secretaria de Comunicação do Estado do Rio de Janeiro, no site Notícias. “Governo transfere 200 presos de Niterói para Ary Franco”, 16/09/2003. Disponível em 01/11/2004 em: <http://www.imprensa.rj.gov.br/noticias2.asp?N=15223>
- <sup>43</sup> A Operação Pressão Máxima é um prosseguimento da Operação Asfixia, destaca o secretário de Segurança Pública Anthony Garotinho na sua entrevista coletiva à imprensa.
- <sup>44</sup> O número civis mortos em “autos de resistência” cresceu de maneira notável nos últimos anos. Em 1999, o número de mortos pela polícia foi 289; no ano 2000, 427 mortos; no ano 2001, 582, mortos; no ano de 2002, 900 mortos. Em 2003, até o final do mês de setembro, 917 civis já haviam sido mortos pela polícia no Estado do Rio de Janeiro. Cf. “Polícia do Rio matou 917 em 2003”, Disponível em 30/10/2004 em: <http://noticias.terra.com.br/brasil/interna/0,,01162017-EI316,00.html>
- <sup>45</sup> A primeira fase foi chamada de Operação Asfixia.
- <sup>46</sup> Cf. “Pressão Máxima continua no fim de semana”, *O Globo*, matéria de Ana Cláudia Costa e Flávio Pessoa, Caderno Rio, 08/11/2003, p. 25.
- <sup>47</sup> De acordo com o secretário da Administração Penitenciária, Astério Pereira dos Santos, um processo de licitação para qualquer obra dentro de um presídio dura cerca de 115 dias. Cf. “Astério Pereira vai pedir decretação de emergência no sistema penitenciário do Rio”, *O Globo*, matéria de Christiane de Cássia, 09/09/2003 Disponível em: <http://globonews.globo.com/GloboNews/article/0,6993,A599013-28,00.html> Disponível em: 20/10/2004.
- <sup>48</sup> O problema da superlotação carcerária é nacional. Houve um crescimento rápido da população carcerária nos últimos oito anos. Em 1995, o Brasil tinha 95,5 presos por 100 mil habitantes e hoje tem 173,5 por 100 mil – um aumento de 81,7%. Eram 148 mil presos há oito anos e hoje são 300 mil, disputando espaço em 1.430 presídios e delegacias. É certo que no Rio de Janeiro a situação é particularmente grave em algumas unidades carcerárias. Na carceragem da Polinter 1.400 pessoas se amontoam onde deveria haver 300. Para um apanhado jornalístico da situação atual, ler: “Fora de controle. Trezentos mil presos do País vivem rotina de torturas, corrupção e fugas, enquanto presídios federais continuam sendo só uma promessa”. ISTO É, ed. 1772, matéria de Ricardo Miranda, 17/09/2003. Disponível em 20/10/2003 em: [http://www.terra.com.br/istoe/1772/brasil/1772\\_fora\\_de\\_controle.htm](http://www.terra.com.br/istoe/1772/brasil/1772_fora_de_controle.htm)
- <sup>49</sup> “Maconha provoca rebelião de presos. Apreensão dentro do presídio Ari Franco levou detentos do Terceiro Comando a fazer seis reféns durante cinco horas” *Jornal do Brasil*, Caderno Cidade, 28/11/2001. Disponível em 15/10/2003 em: <http://jbonline.terra.com.br/jb/papel/cidade/2001/11/27/jorcid20011127011.html>
- <sup>50</sup> O preso atende pela alcunha de Dentinho.
- <sup>51</sup> “O Major Luiz Gustavo Matias, ao informar por escrito no alvará de soltura do Oficial de Justiça que o preso havia sido transferido para o Hospital Penitenciário, enquanto ele ainda se encontrava no Presídio (o preso, na verdade, foi transferido às 23h para o Hospital Salgado Filho), foi denunciado por falsidade ideológica, omissão no crime de tortura e favorecimento pessoal, incorrendo nas penas do art. 1º, II, § 2º da Lei nº 9.455/97, art. 299 e art. 348, na forma do art. 69 estes últimos do CP”. Ainda de acordo com a denúncia do Ministério Público, que deu origem ao inquérito, Luiz Matias teria tomado conhecimento das agressões praticadas contra o comerciante e teria permitido que os seus autores tentassem apagar os sinais da tortura. Denúncia do Ministério Público Federal no “caso Chang”.
- <sup>52</sup> O Juiz Federal convocado para a 6ª Turma do TRF-2ª Região, Guilherme Couto Castro, negou o pedido de habeas corpus apresentado pelo ex-diretor do Presídio Ary Franco (Água Santa, zona norte do Rio), Luiz Gustavo Matias Silva, que está preso por determinação da Justiça Federal de 1º Grau. A prisão preventiva foi decretada nos autos do inquérito policial que investiga a morte do comerciante chinês Chan Kim Chang. O mérito do HC ainda será julgado pela 6ª Turma. No entendimento do Juiz Federal Guilherme Castro, a prisão preventiva deve ser mantida, para que o acusado não interfira na apuração dos fatos. Dr. Guilherme ponderou que haveria o risco de isso acontecer, considerando que, pelo cargo influente que exercia, o acusado poderia prejudicar as investigações, caso





permanecesse solto: “Tendo em vista a condição funcional que o paciente ostentava à época dos fatos, não sendo consequência imediata de seu afastamento o desaparecimento de possíveis influências decorrentes do período em que esteve no exercício do cargo, devendo ainda ser levada em conta a imputação do crime de falsidade ideológica, o qual teria sido praticado justamente em detrimento da efetivação de ordem judicial.” Cf. Proc. 2003.02.01.008826-7

<sup>53</sup> Ele foi subcomandante do Batalhão da Polícia Militar de Niterói. Permanece diretor do Presídio Ary Franco no início de novembro de 2004.

<sup>54</sup> No dia 07 de maio de 2004, foram encontrados num corredor da unidade quatro quilos de cocaína em tabletes, 131 sacolés de mesma droga, 452 trouxinhas de maconha e cinco telefones celulares. “Drogas à vontade na cadeia. Guardas encontram cocaína e maconha em Água Santa”, *O Dia*, Caderno Polícia, 19/05/2004. Disponível em 20/10/2004 em: <http://odia.ig.com.br/odia/policia/pl190506.htm>

<sup>55</sup> São os internos seguintes: Eduardo Nunes de Moraes, vulgo “Duda”; Paulo Sérgio de Araújo, vulgo “Triqui Triqui”; Cláudio Pereira da Costa, vulgo “Gordinho”. Eduardo, Paulo Sérgio e Cláudio, presos do Presídio Ary Franco, foram denunciados por crime de tortura, incorrendo nas penas do art. 1º, II, § 3º da Lei nº9.455/97.

<sup>56</sup> “Preso foge do Ary Franco”, *Jornal do Brasil*, Caderno Cidade, 18/02/2004 p. A17. Disponível em 01/11/2004 em: <http://jbonline.terra.com.br/jb/papel/cidade/2004/02/17/jorcid20040217004.html>

<sup>57</sup> *O Dia*, Caderno Polícia, 26 de maio de 2004. Disponível em 24/10/2004 em: <http://odia.ig.com.br/odia/policia/pl260503.htm>

<sup>58</sup> Por exemplo, na galeria B, celas 14 e 19 na visita realizada em 09 de outubro de 2003.

<sup>59</sup> Exemplos retirados de anotações da visita realizada em 09 de outubro de 2003.

<sup>60</sup> O Conselho da Comunidade da Comarca do Rio de Janeiro – (COMERJ) foi criado e instalado na forma dos artigos 80 e 81 da lei nº 7 210 de 11 de julho de 1984. É um dos órgãos que fiscaliza a execução penal.

<sup>61</sup> As visitas do Conselho da Comunidade da Comarca do Rio de Janeiro ao Presídio Ary Franco foram realizadas respectivamente nos dias 27/03/2003, e no dia 24/06/2003. Estes relatórios foram entregues à Secretaria de Administração Penitenciária na época de sua feitura. O COMERJ tem as seguintes atribuições legais: I – visitar pelo menos mensalmente, os estabelecimentos penais existentes na Comarca; II – entrevistar presos; III – apresentar relatórios mensais ao juiz da execução e ao Conselho Penitenciário; IV diligenciar a obtenção de recursos materiais e humanos para melhor assistência ao preso ou internado, em harmonia com a direção do estabelecimento; V – observar e proteger o beneficiário do livramento condicional; VI – fiscalizar o cumprimento das condições da suspensão condicional da pena; VII – suscitar o incidente de excesso ou desvio de execução, na qualidade de um dos órgãos da execução penal; VIII – propor, sempre que cabível, a aplicação de penas alternativas e acompanhar sua execução e consequências.

<sup>62</sup> Consta do Relatório da visita do Conselho da Comunidade ao Instituto Penal Ary Franco realizada no dia 27/03/2003 para apurar denúncias de irregularidades e tortura na transferência de 25 presos de Bangu II para o Instituto Penal Ary Franco, após tentativa de rebelião, o trecho seguinte:

“Informações fornecidas pelos detentos:

- Havia 27 presos na sala, sendo 25 transferidos de Bangu II e 2 transferidos do Hélio Gomes, mas que estavam ocupando a mesma cela.
- Segundo os apenados, não houve critérios objetivos na confecção da lista dos que seriam transferidos, já que, dentre os 25, 16 não eram das galerias 10 e 11, responsáveis pelo início da tentativa de rebelião. Alguns presos alegam que foram transferidos em represália por questionar a direção da unidade.
- Após 16 dias no Ary Franco, os presos ainda apresentavam marcas pelo corpo e foram unânimes em afirmar que a tortura ocorreu tanto em Bangu II, quanto no Ary Franco, acrescentando ainda que, nesta unidade, outro detento participou do espancamento. Alegaram, ainda, que foram tiradas fotografias dos ferimentos por ocasião da chegada ao presídio. Questionada sobre as acusações, a direção negou que tenha havido agressões e disse que não seria possível a participação de outro detento, já que todos são retirados do pátio durante a chegada de transferidos. Foi confirmada a existência de fotos, mas não foram exibidas aos integrantes do Conselho da Comunidade.
- Nenhum detento havia sido encaminhado para exame de corpo de delito ou atendimento médico. Dez deles afirmaram estar necessitando de assistência, sendo que 3 em situação grave (um está com uma bala alojada na perna com ferida aberta, outro tem um laudo que confirma a necessidade de uma operação na vesícula e outro diz estar cuspiendo sangue). Dois presos alegavam precisar retomar o uso de medicação psiquiátrica, interrompida após a transferência para o Ary Franco. A direção do presídio se comprometeu a encaminhar no dia seguinte os três em estado mais grave para o Hospital Central Penitenciário, bem como os 7 restantes para o ambulatório médico da unidade.



• Segundo os detentos, muitos deles já cumpriram boa parte da pena e, portanto, estão para obter benefícios. Caso sejam condenados no CTC, perderão este direito.

• Os apenados destacaram que, vencidos os 10 dias da disciplina imposta após a rebelião, haviam recebido visitas e tido banho de sol. Preocupavam-se com a manutenção deste procedimento nas semanas seguintes.” Cf. Relatório da visita do Conselho da Comunidade ao Instituto Penal Ary Franco realizada no dia 27/03/2003. Participaram desta visita: Marcelo Freixo (Justiça Global), Dr. Luzanilba Moreira (Defensoria Pública), André Hespanhol (Projeto Legal), Lígia Julianelli (Comissão de Direitos Humanos – Alerj), Hilda de Oliveira (Conselho Regional de Serviço Social), Alcione (CREMERJ), Fátima Faundez (Conselho Estadual de Direitos Humanos).

<sup>65</sup> No anexo “Controle das atividades das CTC’s – ano 2002” pode-se constatar a flutuação do “número de internos com atividades laborativas”. No documento constata-se também que não existiam “internos com atividades educacionais”.

<sup>64</sup> Cf. “Presídio Ary Franco pode ser desativado”, RJTV 29/04/2004. Disponível em 02/11/2004 em: <http://oglobo.globo.com/online/plantao/141889768.asp>. “A decisão foi tomada em Brasília, durante encontro da governadora Rosinha Garotinho com o presidente Luiz Inácio Lula da Silva e o ministro da Justiça, Márcio Thomaz Bastos. A remoção dos detentos começará assim que estiver pronto um dos três presídios com recursos prometidos pelo Governo federal. Segundo ele (o secretário de Administração Penitenciária), a localização do presídio é inadequada, e a arquitetura, desumana.” Cf. “Bomba explodiu na porta do presídio, que será desativado”, *O Dia*, Caderno Polícia, 26/05/2004. disponível, em 26/10/2004 em: <http://odia.ig.com.br/odia/policia/pl260504.htm>

<sup>65</sup> Monken, Mário Hugo. “Rebelião de policiais presos dura 19 horas. Revolta ocorreu após o governo do Rio de Janeiro transferir PMs que aguardam julgamento para presídio comum”, *Folha de São Paulo*, Caderno Cotidiano, 29/10/2004, p.C1.

<sup>66</sup> Os policiais estavam presos no quarto andar da unidade, enquanto os detentos comuns ficaram no terceiro pavimento. Antes do fim do motim, os PMs exibiram um cartaz com os dizeres: “Policiais presos junto com os bandidos que nós prendemos”. Cf. Ferreira, Alessandro. “Polícia encerra motim de PMs. *O Dia*, Caderno Polícia, 29/10/2004. Disponível em 01/11/04 em: <http://odia.ig.com.br/odia/policia/pl291001.htm> Inaugurada em abril de 2004, a Casa de Custódia de Benfica foi palco, entre os dias 29 e 31 de maio, de uma fuga seguida da maior chacina do ano de 2004 no Rio, com 31 mortos. Numa prova de como a segurança da unidade é precária, 48 presos fugiram por cordas – sendo uma pendurada de uma guarita da PM - no dia 10 de outubro de 2004. Cf. “Local foi palco da maior rebelião do ano no Estado”, *Folha de São Paulo*, Caderno Cotidiano, 29/10/2004, p.C1.

<sup>67</sup> “Segundo parentes, os policiais presos receberam pratos para almoçar com inscrições do Comando Vermelho. Eles também teriam ouvido ameaças de agressão e morte aos seus parentes vinda de outras celas da penitenciária”. Cf. Ganen, Maria. “PMs presos temem ataque de detentos. Na hora do almoço, policiais receberam pratos com a inscrição da facção criminosa Comando Vermelho”. *Jornal do Brasil*, Caderno Cidade, 29/10/2004, p. A 15. “Nós somos do Comando Vermelho, nós vamos matar os vermes”. Cf. “Pânico se espalhou entre os parentes”, *Jornal do Brasil*, Caderno Cidade, 29/10/2004, p. A 16.